


OFÍCIO PRS/SSE/CGC 5824/2021

Rio de Janeiro, 02 de março de 2021.

Senhor Presidente,

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO	
PROCESSO Nº	020 / 2021
DATA:	05 / 03 / 21 FOLHAS 237
RUBRICA:	

Pelo presente ofício fica **comunicado** V.Ex.^a, nos termos da decisão proferida pela Relatora Conselheira Substituta Andrea Siqueira Martins, nos autos do **Processo TCE/RJ nº 204.346-4/2021**, em **02/03/2021**, tendo sido **DEFERIDA A MEDIDA CAUTELAR** REFERENTE AO ADIAMENTO DO CERTAME, até o pronunciamento definitivo desta Corte acerca do mérito desta representação, nos termos do artigo 84-A do Regimento Interno deste TCE-RJ.

PRAZO PARA CUMPRIMENTO: **3 (TRÊS) DIAS**

Atenciosamente,

SIMONE AMORIM COUTOSubsecretária das Sessões
ASSINADO DIGITALMENTE

OBSERVAÇÕES:

- i. visualização do inteiro teor dos autos disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/consulta-processo/Processo>
- ii. no caso de indisponibilidade de visualização do inteiro teor por meio do sítio eletrônico a vista processual poderá ser solicitada na Coordenadoria de Prazos e Diligências – CPR (cpr@tce.rj.gov.br), localizada na Praça da República, 70, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ, nos dias úteis, das 10 às 17 horas.



WELLINGTON DA SILVA MOREIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
RUA FARINHA FILHO, 50
CENTRO - NOVA FRIBURGO/RJ CEP 28.610-230
REF.PROC.TCE/RJ 204.346-4/2021
OFÍCIO SSE/CGC 5824/2021
02/002940 OF192





EXCELENTÍSSIMO SENHOR(A) CONSELHEIRO(A) PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO


CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO	
PROCESSO Nº	020 / 2021
DATA:	05 / 03 / 21 FOLHAS 239
RUBRICA:	

URGENTE
MEDIDA CAUTELAR

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n. 25.165.749/0001-10, com endereço à Alameda Rio Negro, n. 503, sala 1803, Alphaville, CEP 06454-000, Barueri, Estado de São Paulo, endereço eletrônico *felipe.veronez@neofacilidades.com.br*, telefone (11) 3631-7730, comparece perante Vossa Excelência, muito respeitosamente, por seu representante legal ao final subscrito, para **apresentar**

**REPRESENTAÇÃO PARA EXAME DE IRREGULARIDADE EM PROCESSO LICITATÓRIO
COM PEDIDO DE LIMINAR**

o que faz com esteio no artigo 113, parágrafo primeiro, da Lei Federal n. 8.666/93, no artigo 49, da Lei Complementar n. 63/1990 (Lei Orgânica do TCE/RJ), assim como nas demais disposições legais aplicáveis, com base nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO	
PROCESSO Nº	020 / 2021
DATA:	05 / 03 / 21 FOLHAS 239
RUBRICA:	

1. EXPOSIÇÃO DOS FATOS

A Câmara Municipal de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, fez publicar o edital do pregão presencial n. 002/2021, ora anexo, com o fim de promover a *“contratação de serviço de administração, gerenciamento e intermediação do abastecimento da frota de veículos da Câmara Municipal de Nova Friburgo por cartão magnético, em rede de postos credenciados”*, conforme condições, quantidades e exigências contidas no instrumento convocatório e seus respectivos anexos.

Todavia, ao delimitar o conjunto de regras que compõem a estrutura do certame, o órgão contratante deixou de exigir a apresentação de balanço patrimonial, índices de liquidez e atestado de capacidade técnica pelas licitantes, o que abre margem para empresas “aventureiras” participarem do certame e impõe grave risco à contratação.


Além disso, a Câmara Municipal estabeleceu a imposição de multa em valor exorbitante e, portanto, inexequível, o que torna a contratação desinteressante para as potenciais participantes, frustrando o caráter competitivo do certame, razão pela qual é manejada a presente.

Os pontos suscitados apresentam-se como mais do que suficientes para justificar a suspensão do processo licitatório, devendo o edital ser devidamente retificado sanando as falhas apontadas. Ao contrário, o prejuízo ao erário e ao interesse público se fará presente, algo que não pode, em hipótese alguma, ser admitido.

2. FUNDAMENTOS

2.1. DA NECESSIDADE DE SE EXIGIR BALANÇO PATRIMONIAL E ÍNDICES DE LIQUIDEZ

É fato que a prestação de serviço que se objetiva contratar com a licitação em tela possui características atípicas, se diferenciando dos demais tipos de prestação de serviço comum. Isso porque, a atividade de gerenciamento é caracterizada, em sua essência, pela intermediação, ou seja, não há o fornecimento direto de serviços de manutenção e/ou abastecimento de combustíveis por parte da empresa gerenciadora contratada, mas sim, por parte das oficinas e dos postos de combustíveis credenciados. Isso se revela mais do que óbvio com a simples leitura do objeto.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO	
PROCESSO Nº	020 / 2021
DATA:	05 / 03 / 21 FOLHAS 240
RUBRICA:	



Ocorre que, à luz do fluxo de operações que a atividade de gerenciamento necessariamente tem que seguir, torna-se impossível executar um contrato desta espécie sem o mínimo de solidez econômico-financeira, afinal, a contratada precisará ter “caixa” para arcar com os valores provenientes dos serviços prestados.

Não há como se atrelar, até por se tratar de regimes jurídicos diferentes, os valores que a futura contratada receberá da contratante aos valores que serão devidos aos estabelecimentos credenciados. Os prazos de pagamento, até por se tratarem de contratos individualizados, não são iguais e se desdobram, por consequência, na necessidade de a empresa gerenciadora ter condições de arcar com esses valores enquanto não tem creditado em sua conta as importâncias provenientes da execução contratual.

Desta forma, torna-se inviável a utilização de uma minuta de edital que não se adeque à realidade da prestação de serviço de gerenciamento, sendo de extrema importância aferir se, de fato, a empresa possui capacidade financeira para executar o contrato. Somente assim haverá segurança na contratação, com o atendimento do fim almejado, que nada mais é do que o gerenciamento efetivo dos serviços prestados pelos estabelecimentos credenciados, sem qualquer possibilidade de inadimplência perante a rede credenciada que pode optar, em razão desta insegurança no recebimento, pelo não atendimento.

Outra importante exigência que deve constar do edital do certame é a apresentação dos índices de liquidez, necessários à avaliação da capacidade de pagamento das obrigações contraídas pelas licitantes no exercício de suas atividades, como é o caso do índice de liquidez geral, liquidez corrente, dentre outros.

Como se sabe, o índice de liquidez geral (ILG) *“leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Estes valores também são obtidos no balanço patrimonial”*, enquanto a liquidez corrente serve para indicar se há suficiente disponibilidade de recursos *“para quitar as obrigações a curto prazo”*. Referidos índices são de suma importância para determinar a “capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações”.¹

¹ Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/indices-de-liquidez.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO	
PROCESSO Nº	030 / 21
DATA:	05 / 03 / 21 FOLHAS 241
RUBRICA:	

O índice de liquidez corrente (ILC) apresentado pela licitante vencedora, caso adulterado, pode ocultar uma preocupante situação: os direitos e obrigações da empresa, no curto prazo, podem ser quase equivalentes, sendo capazes de acarretar, a qualquer tempo, a indisponibilidade de recursos para honrar suas obrigações a curto prazo, o que submete o contrato oriundo deste certame a álea permanente.

Por seu turno, o índice de solvência geral (ISG) serve para comprovar se a empresa consegue garantir o pagamento total de suas dívidas, por meio de seus ativos totais, o que envolve, além do patrimônio líquido, os seus recursos permanentes, razão pela qual a apuração e apresentação desse indicador se revela tão importante.


Quando os índices de liquidez apresentados pelas licitantes revelam a equivalência entre direitos e obrigações, isso significa que, a qualquer tempo, poderá haver a indisponibilidade de recursos para honrar suas obrigações a curto prazo, o que submete o contrato oriundo deste certame a álea permanente.

A teor do que determina o artigo 31, parágrafo primeiro, da Lei Federal n. 8.666/93, é perfeitamente possível que a administração exija dos licitantes a comprovação de capacidade financeira para assumir e adimplir os compromissos inerentes à contratação pública, em caso de adjudicação do objeto licitado.

De se concluir, dessa forma, que a não exigência de apresentação de balanço patrimonial e índices de liquidez, pelos licitantes, deixa sob luzente evidência o risco de haver prejuízos ao interesse público. Instrumentos convocatórios sem essa exigência abrem margem para empresas “aventureiras” participarem do certame, razão pela qual a peticionante entende necessária a retificação do instrumento convocatório, a fim de que se faça constar a apresentação dos documentos em questão.

2.2. DA NECESSIDADE DE SE EXIGIR A APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Outra omissão que é sinônimo de insegurança na contratação e que merece destaque é a ausência de comprovação da qualificação técnica. Não há como se pensar em contratar

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO	
PROCESSO Nº	020 / 2021
DATA:	05 / 03 / 21 FOLHAS 242
RUBRICA:	



uma empresa para prestar os serviços que integram o objeto deste certame sem a exigência de comprovação de qualquer experiência anterior.

Isto é sinônimo, sem sombra de dúvidas, de mais uma insegurança gritante na contratação.

Como já ressaltado, a prestação de serviço em questão é caracterizada, essencialmente, pela atividade de intermediação. A empresa, por razões óbvias, não precisará comprovar que possui rede credenciada para atender o contrato no momento da sessão pública. Entretanto, comprovar que possui condições para proceder com os credenciamentos é estritamente necessário. Vale realçar que isso só se torna possível se a empresa já tiver prestado serviços com as mesmas características.

Como será possível aferir tal capacidade sem a exigência de um atestado de capacitação? Algo impossível.

Vejamos o que diz a legislação sobre essa exigência:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Ou seja, o rol de documentos que devem ser apresentados para fins de qualificação técnica é taxativo, devendo a dispensa dessa exigência ser devidamente fundamentada pela Administração, o que não ocorre no caso em tela e demanda, portanto, necessária retificação.

JUSTEN FILHO (2009, p. 133)² destaca a necessidade de a Administração dominar o objeto a ser licitado, possuindo o conhecimento de todo o arcabouço técnico que envolve a atividade contratada, inclusive, o fluxo de operações que está sendo, como já explicitado, objeto de incompreensão.

Vejamos:

Como regra, toda e qualquer licitação exige que a Administração estabeleça, de modo preciso e satisfatório as condições da disputa. Mais precisamente, a Administração tem de licitar aquilo que contratará – o que significa dominar, com tranquilidade, todas as condições pertinentes ao objeto a ser licitado [...]” (Destaque da impugnante).

O que se busca com tais regras é evitar os danos que um objeto licitado mal formulado venha a causar aos eventuais interessados, algo que não está sendo observado no edital em referência uma vez que requisitos de habilitação essenciais estão sendo dispensados.

2.3. IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DESRAZOADA, DESPROPORCIONAL E INEXEQUÍVEL

Reza a redação conferida ao item 14 do edital:

“14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, a CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como no que couber, as seguintes sanções:


14.1.1 - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total dos itens não entregues, por dia, de atraso injustificado na entrega do objeto licitado, limitados em 10 (dez) dias; decorrido este prazo será aplicado além da multa aqui emposta, o dispositivo na próxima alínea, sem prejuízo de demais cominações legais;

14.1.2 - multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos itens não entregues, pela recusa injustificada do adjudicatário.

14.1.3 - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO rescinda, unilateralmente, o contrato, aqui representado pelo empenho, e aplique as demais sanções legais cabíveis.

14.1.4 - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à contratada ou, ainda,

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 13 Ed. São Paulo: Dialética. 2009.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO	
PROCESSO Nº	020 / 21
DATA:	05 / 03 / 21 FOLHAS 244
RUBRICA:	



quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.” (Destaques da peticionante).

Também o item 16.2.2 e subitens, do Termo de Referência, dispõe sobre a aplicação de multas, com a seguinte redação:

“16.2.2 Multa de:

16.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

*16.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) **até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado**, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;*

*16.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) **até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado**, em caso de inexecução total da obrigação assumida;*

16.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

16.2.2.5 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.” (Destaques da peticionante).

Como é sabido, o lucro obtido pela contratada quando da execução do objeto contratual advém de eventual taxa de administração estabelecida na contratação pública, assim como de taxas e demais consectários que aquela cobra dos estabelecimentos que compõem a sua rede credenciada.

Na maioria dos casos, a contratada concede descontos à contratante, restando o seu lucro reduzido somente àquilo que pratica junto aos seus estabelecimentos credenciados, nada recebendo da administração a título de remuneração pelo desempenho das atividades previstas no contrato. Via de regra, isso significa dizer que **o lucro efetivo da contratada se resume à média de cerca de 2% (dois por cento) daquele que é o valor global estimado da contratação pública de que é adjudicatária.**

Assim é que, com a expertise que lhe é própria, a peticionante entende que a multa prevista nos itens mencionados mais acima deixa de observar a razoabilidade e proporcionalidade, sobretudo quando considerado o valor total adjudicado/contratado, porque representa valor que ela jamais viria a lucrar com a execução da íntegra do contrato ora em apreço.

CAMARA MUNICIPAL	
PROCESSO Nº	020 / 21
DATA:	05 / 03 / 21 FOLHAS 245
RUBRICA:	

Em outras palavras, referida penalidade é inexecutável e impõe sério e arriscado ônus à futura contratada, o que resulta, inevitavelmente, no desinteresse da ampla maioria das participantes pela participação no certame e, portanto, na redução da disputa e impossibilidade de obtenção de melhor preço.

Dessa forma, é imperioso que a contratante altere o valor de referência da noticiada penalidade, adotando critério que observe os primados da razoabilidade e proporcionalidade, orientadores das atividades da Administração Pública. É de bom alvitre destacar que a contratada poderá, por exemplo, fixar a referida multa com base no caso concreto, limitando a sua imposição ao prejuízo efetivamente experimentado pela falha na prestação do serviço.

3. DA CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR

A concessão do efeito suspensivo é medida que se impõe, uma vez que o certame ocorrerá no próximo dia 01 de março de 2021, às 10 horas.

Forçoso reconhecer que a não exigência de documentos necessários à comprovação da boa saúde financeira das licitantes, bem como a expertise necessária para a execução do contrato, impõe sérios riscos ao futuro da contratação pública. Além disto, o expressivo percentual previsto para as multas revela-se abusivo e inexecutável, restringe indevidamente a participação das licitantes potencialmente interessadas no certame, impede a ampliação da disputa e a obtenção da melhor proposta, o que viola frontalmente o que determina o artigo 3.º da Lei Geral de Licitações e Contratos da Administração Pública.³

Nesta exata medida, a própria Administração Pública restará prejudicada ante a inexistência concorrência entre as participantes e, secundariamente, a população, que, por não ter sido alcançada a proposta mais vantajosa, presenciara a ineficiência na utilização dos repasses de recursos públicos.

³ Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO	
PROCESSO Nº	020 / 21
DATA:	05 / 03 / 21 FOLHAS 246
RUBRICA:	



Assim, plenamente presentes os requisitos ensejadores para a concessão do efeito suspensivo: o ***fundado receio de grave lesão a direito (fumus boni iuris)***, evidenciado na medida em que a futura contratação poderá estar sob álea permanente, tal como pelo fato de que inúmeras gerenciadoras restarão impedidas de efetivamente participar do pregão e competir quanto aos valores ofertados, ante o evidente receio de serem abusivamente penalizadas pela Administração contratante, enquanto o ***risco de ineficácia da decisão de mérito (periculum in mora)***, caracteriza-se pela iminência do procedimento licitatório, o que torna prejudicada qualquer decisão ulterior.

4. PEDIDO

Pelo exposto, **requer:**

a) seja recebida a presente denúncia e determinada a suspensão liminar do procedimento licitatório em epígrafe;

b) a notificação da Autoridade Administrativa, no endereço Rua Farinha Filho, 50 – Centro – Nova Friburgo – RJ - Telefone: (22) 2524-1700 – e-mail: licitacao@novafriburgo.rj.leg.br, para prestar os esclarecimentos necessários;

c) seja julgada procedente esta representação para determinar a imediata correção do edital, com a consequente e necessária republicação do instrumento e divulgação de nova data para realização do certame;

d) caso o certame já tenha ocorrido ao tempo da análise perfunctória, seja determinada a sua suspensão até que sobrevenha final decisão sobre a irregularidade apontada.

Termos em que pede deferimento.

Barueri, Estado de São Paulo, 25 de fevereiro de 2021.

Neo Consultoria e Administração de Benefícios EIRELI

João Luís de Castro - Representante Legal

Assinado eletronicamente, em conformidade com a MPV n. 2.200-2/2001



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CEF5-446B-A323-CFFF> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CEF5-446B-A323-CFFF



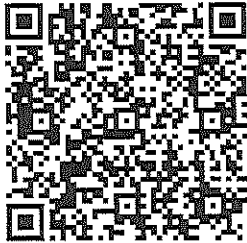
Hash do Documento

FF9F8B41DF28134D81A13C7DBBF8DB69A9E81062E32ED96DC11709008B697E28

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/02/2021 é(são) :

☒ Joao Luis De Castro - 221.353.808-57 em 25/02/2021 20:47 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO	
PROCESSO Nº	020 / 21
DATA:	05 / 03 / 21 FOLHAS 20X
RUBRICA:	